

# ANAIIS

## EICTI 2017

6° Encontro de  
Iniciação Científica

2° Encontro de Iniciação  
ao Desenvolvimento  
Tecnológico e Inovação

4 a 6 de outubro de 2017

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1000  
Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil



Realização:



Apoio:



# **DIRETRIZES NACIONAIS E NÍVEL DE MATURIDADE DO GOVERNO ELETRÔNICO NA ARGENTINA, BRASIL E PARAGUAI.**

**RAMOS TORRES, CARLOS ALBERTO.**

Estudante do Curso de Ciências Econômicas: Economia, Integração e Desenvolvimento, bolsista IC-UNILA– ILAESP – UNILA;  
E-mail: [car.torres.2016@aluno.unila.edu.br](mailto:car.torres.2016@aluno.unila.edu.br);

**NICOLÁS, MARIA ALEJANDRA.**

Docente do curso Administração Pública e Políticas Públicas – ILAESP – UNILA.  
E-mail: [docente@unila.edu.br](mailto:docente@unila.edu.br)

## **1 INTRODUÇÃO**

Para os fins desta proposta, em termos gerais, interessa captar o governo eletrônico (e-gov), sendo uma manifestação da “sociedade da informação”, como assim também, em seus primórdios, uma estratégia de modernização dos Estados. A principal questão de pesquisa que permeia o trabalho, indaga sobre o nível de maturidade do governo eletrônico na Argentina, Brasil e Paraguai. A relevância da pesquisa é justificada a partir da escassez de estudos comparados em experiências de e-governo na América Latina (CRIADO, 2013). Os objetivos específicos da pesquisa versam sobre: i) Coletar e sistematizar as diretrizes e planos nacionais vigentes de *e-governo* na Argentina, Brasil e Paraguai; ii) mapear iniciativas de consultas públicas online na região iii) Realizar análise de conteúdo de portais de governo nacionais dos países sob análise.

## **2 METODOLOGIA**

As estratégias metodológicas do projeto de pesquisa se estruturaram no sentido de desenvolver instrumentos que possibilitassem uma análise comparativa do governo eletrônico em Argentina, Paraguai e Brasil. Foram realizados encontros a cada quinze dias, estruturando o trabalho em quatro momentos básicos: 1) Revisão de literatura sobre internet e política, especificamente, sobre o uso da internet pelas instituições públicas. Com ênfase na questão do Governo Eletrônico (*e-gov*) na América Latina, observando o âmbito da participação, transparência e prestação de serviços por parte do Governo. Foram produzidos fichamentos e resenhas de bibliografias; 2) Coleta e análise das diretrizes e planos nacionais de *e-governo* vigentes em Argentina, Brasil e Paraguai. Para este fim, construiu-se uma planilha com 9 variáveis, e foi realizado um levantamento das normativas vigentes,

elencando diversos princípios que serviram de base para a análise comparativa entre os países; 3) Mapeamento de iniciativas de consultas públicas online governamentais no Brasil, sendo escolhida a consulta pública sobre “regulamentação da adoção” (outubro-dezembro 2016), desenvolvida pelo Ministério de Justiça e Segurança Pública. Coletou-se uma amostra reduzida de comentários para análise, no intuito de apreender aspectos relativos ao tipo de participante, questões da estrutura comunicativa da ferramenta e formas de classificar o conteúdo das contribuições; 4) Análise de conteúdo dos portais dos executivos nacionais de cada país: Argentina: <https://www.argentina.gob.ar/>; Brasil: <http://www.brasil.gov.br/> e Paraguai: <https://www.paraguay.gov.py/>. Para este fim, foi desenvolvido uma metodologia de análise com 5 dimensões e 30 variáveis classificadas em três critérios. O resultado permitiu a estimação do nível de maturidade da iniciativa de *e-governo* em cada país estudado, identificando avanços, e, dimensões a melhorar pelos Estados.

### **3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

O governo eletrônico como tema e prática tem ocupado um importante espaço no âmbito da modernização dos Estados latino-americanos, tanto na modernização da gestão pública, quanto na relação Estado-cidadania. Desde a década de 1990, paralelamente ao desenvolvimento da internet, tem surgido uma vasta bibliografia nos países anglo-saxões sobre o estudo do governo eletrônico. No Brasil, os trabalhos voltados para o governo eletrônico têm proliferado nos últimos anos, especificamente, aqueles estudos que analisam websites institucionais do poder executivo, e questões referentes à democracia eletrônica e participação *online* (PINTO, 2008; BRAGATTO, 2007; MARTINS, 2012).

No que diz respeito à própria conceituação do governo eletrônico e sua evolução teórica e prática na gestão pública, Criado (2002), Gascó (2009) e Criado e Garcia (2013), oferecem uma visão detalhada sobre a complexidade que foi adquirindo o campo do *e-governo*, focando-se na interfase entre administração pública, políticas públicas e internet. Desde outra perspectiva, Villoria e Ramírez (2013), utilizam a teoria política do pluralismo de valores, para explicar como é realizada a escolha do modelo de governo eletrônico pelos Estados, fazendo ênfase nos determinantes que incidem na implementação destes.

A evolução dos processos de governo eletrônico nos países da tríplice fronteira (Argentina, Brasil e Paraguai) não se deu de forma análoga e uniforme, muito pelo contrário, evidenciam-se diversos momentos de avanços e retrocessos. Isto é evidenciado principalmente nos trabalhos de Di Martino (2008) no caso do Paraguai, Montarcé (2006) no caso da Argentina, e no caso do Brasil Nicolás (2007) e Catarino (2001). Contudo, a revisão de leis, decretos, planos e diretrizes nacionais de *e-governo* nos países analisados (desde finais da década de 1990 até o ano 2017), permite uma aproximação mais detalhada à evolução dos processos. Outros estudos, como o reporte bianual de governo eletrônico emitido pela Organização das Nações Unidas (ONU), oferecem detalhes sobre a evolução das iniciativas em cada país. Por último, para compreender as questões referentes ao nível de maturidade das iniciativas de *e-governo*, foi utilizado como principal referente um estudo da CEPAL (2011) indagando sobre essa questão em termos teóricos, permitindo classificar as iniciativas dependendo da complexidade que foram adquirindo na sua evolução.

#### **4 RESULTADOS**

Através de coleta e sistematização dos planos nacionais de *e-governo* foi possível fazer uma análise comparativa nos três países, permitindo identificar dificuldades na implementação das iniciativas, como por exemplo, a falta de continuidade das diretrizes de *e-governo* nos diferentes mandatos presidenciais de cada país no período analisado pela pesquisa.

Com o mapeamento da consulta pública foi possível construir um marco de análise da participação *online*. Também, percebeu-se que o Plano Nacional de Participação Social (PNPS), criado pela ex-presidenta Dilma Rousseff no Brasil em 2014 e, posteriormente derrubado pela Câmara dos Deputados, pode ter representado um retrocesso no que diz respeito a processos de participação popular e reforço da democracia no Brasil. Outro achado da pesquisa foi, em linhas gerais, a escassez de mecanismos de participação *online* na Argentina, e mais notadamente, no Paraguai.

A análise dos três portais executivos permitiu classificar o nível de maturidade, sendo o resultado da Argentina: 5,14; do Brasil: 7,23 e do Paraguai: 5,07. Indicando que o Brasil tem um diferencial no seu nível de maturidade se

comparado com os outros dois países, sendo que essa diferença se deve essencialmente pela dimensão participação e informações governamentais.

## 5 CONCLUSÕES

Em princípio, se considera que a iniciativa de governo eletrônico da Argentina e do Paraguai, pode ser classificada no nível da chamada Presença Interativa. O Estado desses países oferece presença na rede dos diversos âmbitos da administração pública, e de fato, é possível interagir através de formulários. Além disso, é possível iniciar alguns trâmites *online* (exemplo reservar citas, consultar expedientes, etc.). O Brasil está se aproximando à fase de Presença Transacional, que é quando o Estado oferece transações completas e seguras totalmente *online*. Contudo, ainda precisa avançar na incorporação de trâmites mais diversos, assim como, processos que requeiram um maior grau de complexidade. O caso do Brasil apresentou um nível maior de maturidade, principalmente no que diz respeito à questão da participação. Existem todas as informações dos diversos mecanismos de participação no portal brasileiro, apesar de não estar visíveis, nem ter suficiente promoção, como há de outras informações na página principal. Sugere-se a continuidade de outros estudos abordando questões achadas na pesquisa, principalmente na análise de consultas públicas *online*.

## 6 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGATTO, R. C. **Participação democrática e internet: uma breve análise dos websites dos governos federais dos quatro maiores países sul-americanos**. In: Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, II, Belo Horizonte, 2007.

CRIADO, J., I.; GIL-GARCIA, J. R. **Gobierno electrónico, gestión y políticas públicas: Estado actual y tendencias futuras en América Latina**. In: Gestión y Política Pública, México D.f., v. 2, p.3-48, 2013. Semestral.

GASCÓ, M. **El papel de las instituciones en el desarrollo del gobierno electrónico en América Latina: algunas reflexiones**. In: Revista Chilena de Administración Pública / N° 14, p. 37-59, Diciembre 2009.

NASER, Alejandra; CONCHA, Gastón. **El gobierno electrónico en la gestión pública**. Santiago: Cepal, 2011. 41 p. (Serie Gestión Pública Nro 73).

VILLORIA, M.; RAMÍREZ ALUJAS, Á. Los modelos de gobierno electrónico y sus fases de desarrollo: Un análisis desde la teoría política. **Gestión y política pública**, México D.f, v. 22, p. 69-103, 2013.